

Meneguelli quer discutir dívida

Brasília — "Sem tocar na dívida externa, não há o que conversar", advertiu o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, entre uma e outra garfada da rabada que dividiu em um restaurante espanhol da Asa Norte de Brasília, com **Chico Vigilante**, presidente local da CUT, e o advogado Uliisses Riedel, assessor técnico do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

— Se o governo não colocar sobre a mesa de negociações a suspensão do pagamento da dívida, não há saída para a classe trabalhadora — decretou Meneguelli, que chegou a Brasília no fim da manhã com dois objetivos: participar no prédio da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) de uma reunião de avaliação da greve da semana passada e compor o júri, à noite, do julgamento público, idealizado pelo Comando Geral de Lutas do Distrito Federal, composto pela CUT e CGT, do Cruzado II.

Para Meneguelli, qualquer discussão que não leve em conta o problema da dívida será parcial e não levará a nada. A mudança no cálculo do IPC em estudo pelo governo, por exemplo, em sua opinião é importante, mas não resolve. O realinhamento de preços e salários, principal aceno em direção aos trabalhadores para viabilizar o pacto social, para Meneguelli não passa de uma discussão acessória. "Discutir apenas medidas paliativas não leva a nada", disse ele. "Por isso, estou convencido que o governo não quer negociar. Na verdade, ele nem tem o que oferecer".

Para começar a negociar com o Palácio do Planalto, o presidente da CUT quer ver primeiro a decretação de uma moratória. Só ela daria ao país, em sua opinião, a tranquilidade para pensar no futuro. Nem mesmo a possibilidade de retaliações contra um governo que se tornasse inadimplente junto aos credores internacionais o atemoriza, "Os Estados Unidos podem até boicotar um país como Cuba", admite, "mas não como o Brasil, que pode, inclusive, tornar-se líder na América Latina e cortar a evasão de divisas para os países credores".

Julgamento

Nos últimos dias, cem mil panfletos foram distribuídos em Brasília para convocar a população ao Ginásio Presidente Médici. Como as arquibancadas estarão fechadas, a CUT e a CGT acreditam que o julgamento será um sucesso se levar até lá cinco mil pessoas, enchendo a quadra e as cadeiras.

As duas centrais sindicais enviaram convites oficiais aos ministros da Fazenda, Dilson Funaro, do Trabalho, Almir Pazzianotto, e da Justiça, Paulo Brossard, para atuarem como advogados de defesa. Foram convocados como promotores os economistas Décio Munhoz e Lauro Campos, da UnB, e o senador eleito Maurício Correa, do PDT. No júri, confirmaram presença, além de Meneguelli e Lula, o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, do PCB, Giocondo Dias, e do PC do B, e João Amazonas.